



Editorial e O Destaque do Mês ...	1
O Estado da Água ...	3
Por dentro da APRH ...	5
Eventos e Iniciativas ...	7
A Europa num Minuto ...	11
Legislação ...	12
Investigação e Desenvolvimento ...	13

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

EDITORIAL

A Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, que finalmente consagra a gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica, há muito desejada por todos quanto se interessam por estas matérias, preconiza, pela primeira vez, uma abordagem abrangente e integrada de protecção e gestão dos recursos hídricos, tendo em vista alcançar o bom estado de todas as águas independentemente dos usos, excepção feita para a produção de água para consumo humano. A água deixa de ser considerada apenas um recurso passando, de uma forma mais abrangente, a ser encarada como o elemento primordial para o suporte e manutenção dos ecossistemas aquáticos. No entanto, para atingir ou preservar o bom estado é fundamental controlar e gerir as pressões pelo que os diplomas complementares previstos, nomeadamente os que regulam o regime jurídico das utilizações, o regime económico e financeiro, o regime de exploração de empreendimentos de fins múltiplos e de associação de utilizadores, serão indispensáveis para o sucesso da sua implementação e determinantes para criar as condições que permitam cumprir as imposições da Directiva Quadro da Água. Aliás, as figuras de empreendimentos de fins múltiplos e associação de utilizadores, além de inovadoras, poderão revolucionar os modelos de gestão dos recursos hídricos por transferir uma maior responsabilidade para os seus utilizadores e assim promover uma utilização mais racional dos mesmos.

Por tudo isto, é com bastante ansiedade que se aguarda a publicação do pacote de diplomas que concretizem as potencialidades consagradas na Lei da Água. A aprovação na Assembleia da República, no passado dia 8 de Fevereiro, de autorização legislativa para elaborar o diploma que define o regime jurídico das utilizações, constituiu um passo significativo nesse sentido.

Numa primeira leitura da proposta de Decreto-lei, que resulta dessa autorização legislativa, fica-se com a sensação de que este não é tão ambicioso quanto a Lei da Água fazia prever. Talvez o peso dos sectores, que ainda não se consciencializaram que o seu desenvolvimento tem de ser feito em parceria com o ambiente e não à sua custa, não tenha permitido ir tão longe quanto era desejável. Mesmo assim, irá constituir um instrumento fundamental e um ponto de viragem na gestão dos recursos hídricos, instituindo regras claras para o licenciamento das utilizações, o que associado ao regime económico e financeiro irá dar uma nova perspectiva da importância da água e promover a sua utilização de forma sustentável e racional. A criação das ARH será outra pedra de toque para que todo este pacote legal possa ser implementado de uma forma efectiva e eficiente, pelo que para além de uma estrutura sólida será necessário que seja dotada dos meios humanos e logísticos necessários.

Todos quantos se têm batido pela aplicação dos princípios agora consagrados na Lei da Água anseiam pelo sucesso da estrutura legal e institucional criada, pois constituirá uma oportunidade única para melhorar e promover os recursos hídricos que serão legados às gerações futuras.

Felisbina Quadrado

Membro da Comissão Directiva

O DESTAQUE DO MÊS



PGRH.

O que são? Para que servem?

Para além destas perguntas, muitas outras poderão fazer todo o sentido sobre o mesmo tema, tais como: Isso existe? Se não existem quem tem que os produzir? etc. Estas perguntas podem surpreender as pessoas que já há muito estão mergulhadas no assunto, mas não é menos verdade que podem ser uma novidade ou até mesmo uma surpresa para alguns especialistas mais ocupados com outros assuntos.

Isso mesmo! Foi com espanto que ouvi estas perguntas vindas de colegas e amigos que, apesar de há muitos anos trabalharem com água, não estavam a par do que se estava a passar nesta matéria.

Acabemos então com o "suspense" para aqueles que o estão a sentir. Os PGRH, que esperamos venham a ser muito falados, são os Planos de Gestão de Região Hidrográfica que foram criados pela Directiva Quadro da Água da União Europeia (2000/60/CE) e pela Lei da Água (Lei n.º 58/2005 e DL n.º 77/2006) que exigem que os países membros disponham destes instrumentos de gestão da água a partir do final de 2009. Como foi publicado na Lei da água são 10 as Regiões Hidrográficas.

Para uns, os PGRH têm que estar operacionais e na posse da Comissão Europeia em Março de 2010. Outros preocupam-se com o estado das massas de água que tem que ser bom ou excelente em 2015 se não existirem razões de natureza tecnológica e económica suficientemente comprovadas para prorrogar esses prazos para 2021 e/ou 2027.

Todavia, as medidas que devem permitir satisfazer tais desideratos, que constituirão o conteúdo nuclear dos PGRH, deverão ser profundamente avaliados em termos de viabilidade tecnológica, financeira, económica, social e ambiental.

(Continua na página seguinte)



PGRH. O que são? Para que servem? (Continuação)

Não menos relevante é o modo de aplicação das medidas, ou seja, não basta que a medida seja a mais adequada para que produza os resultados esperados, é necessário um bom executor e uma boa receptividade dos destinatários. É por isso que o processo de participação pública é crucial e já se encontra em marcha, como se pode observar nos documentos que estão disponíveis na página do INAG na internet sobre a matéria. Mas a principal preocupação da participação pública centra-se nos que, de algum modo, vão ser afectados positiva e/ou negativamente pela aplicação das medidas. Não nos podemos esquecer que os principais executores das medidas serão entidades privadas para que de facto sejam alcançados os objectivos ambientais ambicionados pela DQA e LA. Nesse sentido, já se encontram calendarizadas sessões públicas para debate do programa de trabalhos para a elaboração dos PGRH promovidos pelos Conselhos de Bacia Hidrográfica nos dias 20 de Março em Vila Real, 10 de Abril em Tomar, 8 de Maio em Beja e em parceria com a APRH dia 27 de Junho em Lisboa. A sessão a realizar em conjunto com o Conselho Nacional da Água aguarda a marcação de data.

Neste processo de elaboração dos PGRH, que começou há já alguns anos, destacam-se algumas datas que importa reter:

Programa dos trabalhos a desenvolver entre 2006 e 2015 para elaboração dos PGRH, e respectiva calendarização

Actividade	Anos																			
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	1ª sem	2ª sem	
Calendarário e programa de trabalhos para a elaboração dos PGRH																				
Consulta pública																				
Síntese provisória dos problemas de gestão identificados a nível das RH																				
Consulta pública																				
Estrutura organizacional para elaboração dos PGRH																				
Caracterização da região hidrográfica	Caracterização das massas de água																			
	Identificação de Pressões e Impactos sobre as massas de água																			
	Análise económica das utilizações da água																			
Caracterização do estado das massas de água	Programas de monitorização																			
	Implementação dos programas de monitorização																			
	Classificação do estado das massas de água																			
	Cenários de desenvolvimento																			
Objectivos Ambientais	Estabelecimento de objectivos																			
	Identificação dos casos em que se prevê que o Bom estado não seja atingido em 2015																			
	Identificação e caracterização de medidas																			
Programas de Medidas	Avaliação da viabilidade das medidas																			
	Programação e calendarização																			
	Relatório ambiental																			
Análise ambiental estratégica	Consulta pública																			
	Instrumentos e Indicadores de controlo e avaliação																			
Controlo e avaliação	Comissão de controlo e avaliação																			
	Versão provisória dos PGRH																			
Consulta pública																				
Versão final dos PGRH																				
Implementação das novas medidas																				
Implementação das políticas de estabelecimento dos preços da água																				
Relatório intercalar sobre a implementação das medidas																				
Revisão da caracterização das regiões hidrográficas																				
Revisão dos programas de medidas e dos PGRH																				
Calendarário e programa de trabalhos para a avaliação e actualização dos PGRH																				
Consulta pública do calendário e programa de trabalhos para a avaliação e actualização dos PGRH																				
Revisão e actualização dos problemas de gestão da água identificados a nível das RH																				
Consulta pública da revisão e actualização da síntese dos problemas de gestão da água identificados a nível das RH																				

Legenda:

Tarefa técnica	
Consulta pública	
Envio de relatórios à Comissão	
Período adicional para supressão de lacunas identificadas no relatório do art.º 5º da DQA	

Estando publicado o programa de trabalho da elaboração dos PGRH caberá aqui apenas remeter os interessados para a página do INAG onde o poderão encontrar, accionando o botão referente à participação pública, ou solicitar por via electrónica o seu envio. Contudo, apresenta-se em seguida um extracto desse programa para elucidar sobre as principais áreas de trabalho e respectivos prazos de execução.

(Continua na página seguinte)

- Março 2005 - Caracterização das regiões hidrográficas;

- Dezembro 2006 - Publicação dos programas de trabalhos e do processo de participação pública para a elaboração dos PGRH;

- Março 2007 - Accionamento dos programas de monitorização;

- Dezembro 2007 - Publicação da síntese das principais questões a tratar nos PGRH;

- Dezembro 2009 - Publicação do PGRH;

- Dezembro 2015 - Cumprimento dos objectivos ambientais.

Espartilhado neste calendário encontra-se a elaboração dos PGRH que vão ser elaborados envolvendo todos os sectores da Administração com atribuições na gestão da água, a capacidade empresarial de prestação de serviços, as disponibilidades académicas que podem contribuir com novos conhecimentos e as entidades não governamentais que queiram prestar contributos ao país neste domínio.



DESTAQUE DO MÊS

PGRH. O que são? Para que servem? (Continuação)

A exiguidade dos prazos impõe um sistema de acompanhamento diligente que, no essencial, privilegie a facilitação no acesso a dados e informações e na produção de pareceres através de uma Comissão de Acompanhamento, a resolução de dilemas de natureza científica com o apoio de um Conselho Científico, composto por alguns académicos de reconhecido mérito, e a gestão técnica dos processos através de equipas multi-departamentais do INAG em consonância com as equipas temáticas que as empresas adjudicatárias da elaboração dos planos hão-de constituir por força do Programa e Caderno de Encargos do concurso público em preparação para o efeito. Espera-se, assim, ter operacionalizado o processo de elaboração dos PGRH no início do 2º semestre de 2007 para que seja exequível a sua conclusão até final de 2009.

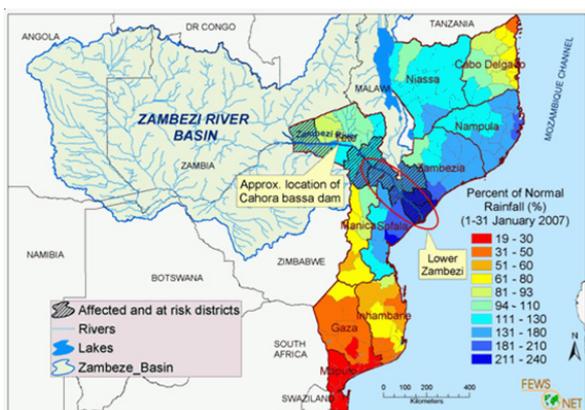
Lisboa, 6 de Março de 2007

Adérito Mendes, Director dos Serviços de Planeamento do INAG.

Moçambique: Cheias e Secas em Fevereiro

Durante o mês de Fevereiro as chuvadas intensas registadas no norte de Moçambique e a passagem do ciclone Favio tiveram consequências catastróficas para as populações residentes nas regiões mais afectadas. O balanço destes fenómenos climáticos extremos aponta para mais de 60 mortos e cerca de 120 mil desalojados. De acordo com o Programa Alimentar Mundial, mais de 250 mil pessoas irão necessitar de ajuda alimentar nos próximos meses.

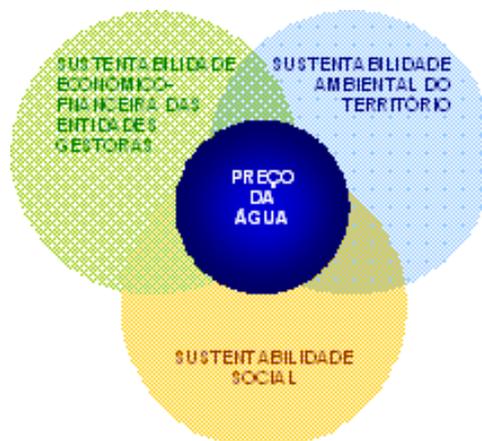
Esta situação é particularmente grave ao longo do rio Zambeze. As grandes chuvadas que assolaram toda a bacia hidrográfica do rio Zambeze provocaram grandes aflúências dos vizinhos Zimbabué, Zâmbia e Malawi que convergiram para a albufeira da barragem de Cahora Bassa, enchendo-a até à sua máxima capacidade. No dia 5 de Fevereiro registou-se um caudal da ordem dos 8.000 m³/s, tendo este vindo a aumentar gradualmente até dia 22 de Fevereiro, onde se registou um máximo de 13.800 m³/s. Face aos níveis de água atingidos na albufeira, foi necessária a abertura das comportas da barragem o que levou à descarga de elevados caudais para jusante, o que naturalmente veio a piorar significativamente as inundações ao longo do vale do Zambeze. Prevê-se que estas condições se mantenham até final do mês de Março.



Por oposição às inundações no norte do país, neste Inverno, no sul, têm-se registado temperaturas do ar excepcionalmente elevadas e a precipitação registada nos últimos meses (Janeiro e Fevereiro) tem sido quase nula, o que é considerado um fenómeno anormal para esta época do ano. Nos

primeiros dias de Fevereiro, em Maputo, os termómetros subiram acima dos 40°C. Receia-se já que o sul do país possa vir a enfrentar graves problemas alimentares devido às previsões de fracas colheitas agrícolas, principalmente de milho.

Neste início de ano, cheias e secas fustigam Moçambique: a norte, fortes inundações; a sul, seca e calor extremo. Os indícios das alterações climáticas fazem-se sentir, quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento. No entanto, estes últimos, que estão no fim da lista dos países mais emissores de GEE, acabam por pagar uma factura muito mais pesada. Nestes países, com economias frágeis e em que a maior parte da população vive com base em agricultura de subsistência, as consequências económicas das alterações climáticas têm uma outra dimensão.



Apresentação Pública do PEASAR 2007-2013

No dia 22 de Fevereiro, no Centro de Congressos da FIL foi apresentado publicamente o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento para o período 2007 - 2013. Este plano, aprovado pelo MAOTDR em Dezembro de 2006, define as linhas de orientação estratégicas para o sector para o próximo período de programação dos fundos comunitários. A sessão foi presidida pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, e contou ainda com a presença do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Professor Nunes Correia realçou os grandes investimentos previstos para o sector da água neste período, referindo que serão "o TGV das políticas de ambiente". Está previsto um investimento de 4000 milhões de euros para aumentar os níveis de cobertura do país em água e saneamento e a qualidade dos serviços prestados à população.

No seu discurso realçou a importância da concretização dos investimentos nos sistemas em "baixa", da ordem dos 2 mil milhões de euros e a necessidade de encontrar soluções para que os investimentos no interior possam ser feitos sem agravar as tarifas para custos socialmente insustentáveis.



Próximo Conselho Informal de Ministros do Ambiente da União Europeia dedicado à escassez de água



A reunião informal de ministros do Ambiente da União Europeia, a realizar de 31 de Agosto a 1 de Setembro, sob presidência portuguesa, será dedicada à escassez de água e à seca, revelou ontem o ministro Francisco Nunes Correia. "Assim como há um conjunto de iniciativas europeias relativamente ao problema das cheias, Portugal, como muitos outros países, está empenhado em que o tema da seca e escassez de água tenham também um tratamento semelhante", afirmou o ministro do Ambiente a jornalistas portugueses em Bruxelas.

Nunes Correia recordou que a actual presidência alemã "organizou recentemente uma conferência de grande importância sobre a adaptação da gestão dos recursos hídricos às alterações climáticas", tema inserido no projecto da presidência conjunta da UE (Alemanha, Portugal e Eslovénia). Acrescentou que "Portugal propõe-se dar continuidade a esse esforço iniciado pelos alemães, fazendo da escassez de água e da seca o tema do Conselho Informal de Ambiente".

O ministro sustentou que a temática das alterações climáticas - "pano de fundo" da reunião de ministros do Ambiente realizada em Bruxelas - e os recursos hídricos são duas questões que estão "muito relacionadas", sublinhando que as alterações climáticas tornaram a escassez de água "um tema relevante para toda a Europa". Apontando que "a escassez de água e da seca desde sempre são temas de grande importância para os países do sul da Europa", Nunes Correia lembrou, todavia, a título de exemplo que "em 2006 um país como a Finlândia viveu uma situação grave de seca, o que demonstra que cada vez mais este é um problema que atinge todo o espaço europeu".

O ministro acrescentou que a iniciativa de Portugal de consagrar o conselho informal de ministros do Ambiente (em Lisboa) a esta temática mereceu o apoio da Comissão Europeia, da actual presidência alemã da UE e de muitos países, dada a importância dos recursos hídricos e o facto de estes serem "dos mais afectados pelas alterações climáticas".

(Adaptado de LUSA, consultado em 6 de Março).

Portugal apoia criação de organismo da ONU para Ambiente

Portugal está na primeira linha de apoio à criação de uma agência da ONU para o Ambiente, disse à Agência Lusa o ministro Francisco Nunes Correia, depois de participar numa conferência internacional, em Paris (*vide* artigo na página 12). Mais de 40 países apoiam a criação de uma organização das Nações Unidas para o meio ambiente, proposta na conferência de Paris, como forma de impulsionar uma política mundial contra as alterações climáticas do planeta.

Em declarações à Lusa, no final do encontro, Nunes Correia adiantou que a proposta "encontrou grande apoio" e que foi constituído um grupo informal de trabalho, no qual Portugal participa, para promover e discutir as bases desse organismo com os países que não estão de acordo. "Há países, nomeadamente do terceiro mundo, que vêm aqui uma ingerência, mas não é disso que se trata e é preciso esclarecer", disse. O ministro explicou que existe já um programa neste sentido, embora com várias iniciativas dispersas, pelo que é preciso fazer um "up-grade" e centrá-las num organismo, à semelhança do que acontece com a Saúde e o Comércio.

(LUSA, consultado em 6 de Março).

Defesa das Zonas Costeiras na agenda do dia

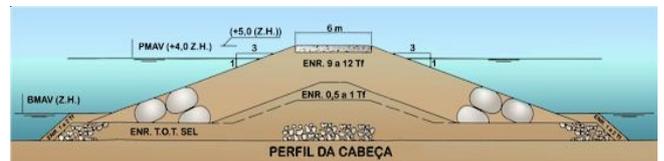
Depois de em Janeiro as preocupações terem estado centradas na protecção contra os efeitos das marés vivas na Costa da Caparica, em Fevereiro este tema continuou a merecer a atenção da maior parte dos órgãos de comunicação portugueses. Neste último mês foi a vez de algumas habitações localizadas na costa de Esmoriz, no concelho de Ovar, terem estado ameaçadas pelo avanço do mar.

Também em Fevereiro se tornou público que entre 2000 e 2006 foram gastos pelo Estado português 45 milhões de euros para conter o avanço do mar no litoral português. O reforço de arribas e cordões dunares e reparação de esporões são as situações mais comuns em que o INAG teve de actuar.

João Costa, director de Projectos e Obras do INAG, afirmou que "algumas das obras realizadas na costa portuguesa implicaram avultados investimentos, como é o caso da Ponta da Aguda, da Lagoa de Óbidos e da construção de esporões na zona Centro". Na intervenção na Costa da Caparica, onde decorrem trabalhos de reforço do cordão dunar, foram gastos 8 milhões de euros para reparar os esporões de defesa costeira mas a intervenção está a revelar-se insuficiente para conter as marés.

Estabilizar as arribas nas zonas de maior risco é precisamente a intervenção mais urgente em 2007, estabelecida pelo Ministério do Ambiente aquando do lançamento da Estratégia para o Litoral, a concretizar entre 2007 e 2013. Para o próximo ano estão garantidos 35,5 milhões de euros para intervenções de emergência e requalificação.

Para mais informações consultar www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/obras/int_o_costeira.html.





APRH organiza seminário sobre “Conflitualidades nas Zonas Costeiras”

Desde sempre que os ambientes costeiros protegidos (estuários, lagunas, etc.) constituíram pólos de atracção para o Homem. À medida que as sociedades humanas se foram desenvolvendo, a exploração (navegação, pescas, agricultura, indústria, etc.) dos ambientes aludidos, bem como dos existentes na restante bacia hidrográfica drenante, provocou pressões cada vez maiores sobre os ecossistemas, conduzindo, com alguma frequência, a alterações ecossistémicas que, por vezes, se traduziram em redução significativa dos recursos potenciais.



Porém, foi principalmente ao longo do século XX que, na generalidade, a pressão desenvolvimentista sobre as zonas costeiras (quer protegidas, quer expostas) se amplificou até atingir níveis de não sustentabilidade. Na base deste processo estão causas variadas, de entre as quais se podem referir, a título exemplificativo, os fortes aumentos verificados no transporte marítimo (e consequente ampliação das zonas portuárias e respectivos canais de acesso), nas áreas agricultadas (e consequente alteração dos caudais sólidos fluviais), na produção de energia hidroeléctrica e nas áreas de regadios (e consequente construção de barragens com forte alteração dos caudais fluviais líquidos e sólidos), na produção industrial (e consequente influência nos parâmetros químicos e físicos dos corpos hídricos), no turismo balnear (e consequente ocupação intensiva de zonas ribeirinhas), nas pescas, na navegação de recreio, na aquacultura, etc.

Muitas das actividades aludidas são conflituantes entre si, o que acaba por pôr em causa a sustentabilidade de vários tipos da exploração actual das zonas costeiras. Por outro lado, com frequência, a ausência de mapas de vulnerabilidade e risco cientificamente suportados dificulta ou impede a reorientação dos modelos de desenvolvimento local e regional, bem como a adopção de medidas tendentes a resolver ou minimizar a conflitualidade existente entre diversas actividades. Neste contexto, há ainda a considerar a actual alteração das características climáticas e respectivas consequências (designadamente a elevação do nível médio do mar), que vão obrigar a modificações significativas das actividades decorrentes nas zonas costeiras e, muito provavelmente, a amplificação dos actuais níveis de conflitualidade.

O Seminário “Conflitualidades nas Zonas Costeiras” tem por objectivo confrontar as diferentes sensibilidades, de modo a permitir discutir e encontrar soluções para uma coexistência pacífica entre todos os intervenientes num espaço territorial fortemente pressionado por diferentes interesses muitas vezes antagónicos e, por conseguinte, de difícil compatibilização.

Este Seminário, promovido pela Comissão Especializada de Zonas Costeiras, decorrerá nos dias 23 e 24 de Março de 2007, no Auditório da Biblioteca Municipal de Faro, Algarve. O evento decorrerá ao longo de um dia e meio, sendo o primeiro dia preenchido por duas sessões em formato de mesa redonda, com apresentações de cerca de 10 a 15 minutos cada, seguidas de debate. Estas apresentações serão consagradas aos temas: “Riscos Costeiros e Ordenamento do Território” e “Legislação e Gestão: Concordâncias e Dissonâncias”. A manhã do segundo dia será preenchida com uma visita técnica à Ria Formosa.

Para informações adicionais consultar www.aprh.pt/texto/23-240307.html.

Ciclo de debates da APRH

A APRH promoveu no passado dia 13 de Fevereiro mais uma das sessões técnicas, integradas no Ciclo de Debates do biénio 2006/07, dedicada às águas subterrâneas. Após três anos de negociações foi aprovada, a 12 de Dezembro 2006 no Parlamento Europeu e do Conselho, a Directiva Filha das Águas Subterrâneas.

Através das apresentações dos oradores convidados foi possível avaliar os principais desafios que nesta matéria se colocam tanto aos organismos do Estado, como aos vários sectores de actividade. Esta Directiva vem clarificar e complementar as disposições da DQA incorporando a Directiva 80/68/CE, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas que é revogada em 2013.

A Dr.ª Ana Rita Lopes, do INAG, apresentou as principais linhas de acção impostas pela legislação comunitária, bem como o processo que tem vindo a ser seguido pela Comissão Europeia e as dificuldades para a elaboração e adopção da proposta de Directiva Filha das Águas Subterrâneas. A Directiva define normas de qualidade para os pesticidas e para os nitratos, mas para os restantes poluentes e indicadores de poluição compete aos Estados-membros definir os respectivos limiares.

A Dr.ª Teresa Condesso de Melo, da Universidade de Aveiro, apresentou os trabalhos realizados no âmbito do grupo de trabalho comunitário Bridge, cujo objectivo é desenvolver uma metodologia comum de definição dos critérios de avaliação do estado químico das águas subterrâneas e de determinação dos objectivos de qualidade.

Por último, a Eng.ª Teresa Godinho Tavares, do IDRHA, apresentou o impacte que as disposições desta Directiva podem ter no sector da agricultura, dando também uma panorâmica do que tem sido a implementação da Directiva 91/676/CEE, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola. Seguiu-se o debate que permitiu aos oradores aprofundar as questões que mereceram maior enfoque.

As apresentações feitas nesta sessão podem ser consultadas no site da APRH.

Felisbina Quadrado



Ciclo Debates
Biénio 2006/07
SESSÃO TÉCNICA
DIRECTIVA FILHA DAS
ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
13 de Fevereiro de 2007
Anfiteatro do LNEC
APRH



Comemora-se no próximo dia 22 de Março o Dia Mundial da Água

O tema escolhido pela ONU para as comemorações do Dia Mundial da Água de 2007 (22 de Março) é "Coping with Water Scarcity", sendo as iniciativas lançadas pela ONU lideradas pela Food and Agricultural Organization (FAO).

Considerando a importância da temática no panorama nacional, nomeadamente com a aprovação do PEASAR para o período 2007-2013, a perspectiva de aprovação a curto prazo da nova legislação sobre o regime económico-financeiro dos recursos hídricos e a criação das ARH - Administrações de Região Hidrográfica - a APRH, o INAG e a Águas de Portugal associaram-se na organização de um programa de actividades que assinalará o Dia Mundial da Água em Portugal, tendo sido nomeado como comissário deste evento o Doutor Rodrigo Oliveira.

O programa de actividades, que se realizará durante todo o dia no Pavilhão de Portugal (Parque das Nações), integrará iniciativas já programadas individualmente por estas entidades, nomeadamente um concurso juvenil a cargo do INAG e o lançamento da brochura "Água: Factos e Tendências", editada pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal) com o patrocínio da Águas de Portugal, bem como outras que darão notoriedade à temática da água em geral e, especificamente, aos aspectos relacionados com o lema proposto pela ONU para este dia. Durante a manhã, as iniciativas serão direccionadas para o público jovem e durante a tarde realizar-se-á um fórum sobre o tema: Instrumentos económico-financeiros para a gestão da Água. Esse fórum contará com uma conferência proferida pelo Professor Rui Ferreira dos Santos, à qual se seguirá um debate alargado com a participação dos principais intervenientes no Sector da Água (sector agrícola, autarquias, reguladores, entidades gestoras dos serviços de água), moderado pelo Dr. Bruno Proença, subdirector do Diário Económico.

Mais informações em www.unwater.org/wwd07/flashindex.html.

APRH lança Fórum de debate

A aposta nas novas tecnologias de informação, nomeadamente com a modernização do site da APRH, adaptando-o às novas exigências e padrões de qualidade, permite um diálogo mais estreito com os associados e com todos os interessados nas temáticas dos recursos hídricos que procurem informação no site da nossa Associação.

Concretizando este objectivo, está a partir de 19 de Fevereiro activo o Fórum da APRH. Os associados estão por isso convidados a visitar e a participar no Fórum, acessível através da página principal da APRH: www.aprh.pt/forums/.



FAQ Pesquisar Membros Grupos Entrar Registrar

	Fórum	Tópicos	Mensagens	Última Mensagem
Geral				
★	APRH Geral	0	0	Não há mensagens
★	Notícias	0	0	Não há mensagens
Associados				
★	Geral	0	0	Não há mensagens
★	Base de dados dos associados	1	1	Qui, 15-Fev-2007 14:43 Admin →
Eventos da APRH				
★	Ciclo de Debates (Biénio 2006/07)	0	0	Não há mensagens
★	Outros eventos	0	0	Não há mensagens

World Water Day: 22nd March 2007 Coping With Water Scarcity



APRH presente nas comemorações do 60.º aniversário do LNEC

No âmbito das Comemorações do 60.º Aniversário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a APRH esteve presente na 2.ª Palestra do Ciclo de Palestras sobre as Actividades das Entidades com Sede no LNEC.

Para além da APRH (representada pelo seu Presidente, José Vieira da Costa), estiveram presentes na conferência, que ocorreu no passado dia 22 de Fevereiro no Pequeno Auditório do LNEC, representantes da Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico (José Pereira Vieira), da Delegação Portuguesa da Associação Internacional de Navegação (Manuel Marcos Rita) e da Comissão Nacional da Associação Internacional da Água (Maria Helena Alegre).

Mais informações em www-ext.lnec.pt/LNEC/geral/news.phtml.



	Tema	Local	Promotor
21 Fev. – 11 Abri.	Ciclo de Conferências Programa Polis – Viver as Cidades	Pavilhão de Portugal, Lisboa	Programa Polis
1 Mar. – 2 Mar.	Seminário sobre Águas Subterrâneas	LNEC, Lisboa	APRH
2 Mar. – 30 Mar.	Formação em Direcção de Empreendimentos e Administração de Contratos de Construção	Ordem dos Engenheiros, Lisboa	Carnaxide
5 Mar. – 7 Mar.	Tratamento de Águas Residuais e de Águas Lixiviantes	Instituto Superior Técnico, Lisboa	FunDEC – Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
7 Mar.	Sistemas de Informação no Apoio à Operação e Decisão	LNEC, Lisboa	Associação Portuguesa de Abastecimento e Drenagem de Água
7 Mar.	Conferências de Ambiente do Técnico: Combustíveis Derivados de Resíduos	Instituto Superior Técnico, Lisboa	Instituto Superior Técnico
8 Mar. – 9 Mar.	XIII Jornadas Sobre Ambiente e Desenvolvimento: Desertificação	Escola Superior de Educação, Leiria	Oikos
19 Mar. – 20 Mar.	Gestão Avançada de Projectos	Instituto Superior Técnico, Lisboa	FunDEC – Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
21 Mar. – 22 Mar.	Resíduos: Novas estratégias de gestão	Hotel Tivoli Tejo, Lisboa	Jornal Água&Ambiente
22 Mar.	Comemorações do Dia Mundial da Água	Pavilhão de Portugal, Lisboa	APRH, INAG, Águas de Portugal
22 Mar. – 23 Mar.	I Conferência Internacional sobre a Água e o seu Património: “A Água em Contexto Urbano”	Coimbra e Lisboa	International Committee for the Conservation of the Industrial (...)
23 Mar. – 24 Mar.	Conflitualidades nas Zonas Costeiras	Biblioteca Municipal Faro, Algarve	APRH
23 Mar. – 25 Mar.	I Encontro Ibérico de Educação Ambiental	Escola Superior Agrária, Coimbra	Quercus
26 Mar. – 27 Mar.	Gestão de Empreitadas: Contratação e Controlo de Trabalhos e Mais	Instituto Superior Técnico, Lisboa	FunDEC – Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
28 Mar.	O Valor da Floresta Portuguesa no Mercado de Carbono	Audatório da Culturgest, Lisboa	CarbonoZero
29 Mar.	Aplicação de Benchmarking e Indicadores de Desempenho nos Serviços de Água	Instituto Superior Técnico, Lisboa	FunDEC – Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
2 Abr.	European Meeting Point: Energy for Development 2007	Instituto Politécnico de Beja, Beja	Instituto Superior Técnico; Instituto Politécnico de Beja
17 Abri. – 18 Abri.	Regulação de Serviços de Infra-estruturas	Instituto Superior Técnico, Lisboa	FunDEC – Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
18 Abri. – 20 Abri.	9.ª Conferência Nacional do Ambiente: Um Futuro Sustentável	Universidade de Aveiro, Aveiro	Universidade de Aveiro
21 Abri. – 22 Abri.	VIII Jornadas sobre Conservação da Natureza	Centro Interpretação S.Estrela, Seia	FAPAS – Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens



	Tema	Local	Promotor
28 Fev. - 3 Mar.	Symposium on River Terrace and Floodplain Hydrology	Las Cruces, New Mexico, USA	New Mexico State University, United States
4 Mar.	Ozwater 2007 Conference and Exhibition	Sydney, Australia	Australian Water Association (AWA)
7 Mar. - 9 Mar.	2 nd International Conference on the Mechanics of Unsaturated Soils	Weimar, Germany	The Laboratory of Soil Mechanics, Bauhaus, Universität Weimar
10 Mar. - 14 Mar.	U.S. International Programme on Decentralized Systems/NOWRA's 16th Annual Technical Education Conference	Baltimore, Maryland, USA	National Onsite Wastewater Recycling Association; International Water Association; (...)
11 Mar. - 13 Mar.	4 th Conference on Watershed Management to meet Water Quality and Total Maximum Daily Load	San Antonio, Texas, United States	American Society of Agricultural and Biological Engineers, United States
12 Mar. - 14 Mar.	Water Status Monitoring under the Water Framework Directive Conference	Lille, France	IWW Water Research Centre, Germany; ALcontrol Laboratories, United Kingdom
12 Mar. - 14 Mar.	International Conference on Water and Flood Management (ICWFM)	Dhaka, Bangladesh	Bangladesh University of Engineering and Technology (BUET)
12 Mar. - 14 Mar.	Hydrotop 2007 - Le Carrefour Euroméditerranéen de l'eau	Marseille, France	ASIEM / HYDROTOP
19 Mar. - 27 Mar.	International Conference on Secure and Sustainable Living	Madrid, Spain	World Meteorological Organization; Spanish Ministry of Environment
21 Mar. - 24 Mar.	MEDA WATER International Conference on Sustainable Water Management	Tunis, Tunisia	ZerO-M Project
21 Mar. - 23 Mar.	1 st Joint Workshop of the European Projects RECLAIM WATER - GABARDINE	Sabadell, Barcelona, Spain	Environment Department and Health Department of the Sabadell City Council; University of Barcelona; (...)
22 Mar. - 24 Mar.	International Congress on River Basin Management	Gloria Golf Resort Hotel, Antalya, Turkey	The General Directorate of State Hydraulic Works of Turkey; World Water Council
27 Mar. - 28 Mar.	Climate Change and Hydrology Congress	Lyon, France	French Hydrotechnical Society (SHF), France
11 Abr. - 13 Abr.	Conference on Water Pollution in Natural Porous Media (WAPO2)	Barcelona, Spain	Spanish Geological and Mining Institute; University of Málaga; Polytechnical University of Catalonia; (...)
18 Abr. - 20 Abr.	8 th IWA United Kingdom Young Water Professionals Conference	Guildford, United Kingdom	International Water Association (IWA)
19 Abr. - 20 Abr.	CLONIC '07 Workshop on 'Closing the Nitrogen Cycle'	Barcelona, Spain	CESPA Company, Spain; Chemical and Environmental Engineering Laboratory of the University of Girona (...)
21 Abr. - 25 Abr.	International Conference on Climatic Changes and their Impacts on Coastal Zones and River Deltas: Vulnerability, Mitigation and Adaptation (CCIE 2007)	Alexandria, Egypt	Academy of Scientific Research and Technology (ASRT), Egypt



	Tema	Local	Promotor
23 Abr. - 24 Abr.	Water Management Africa 2007	Pretoria, South Africa	Koetsa Holdings Ltd., South Africa
24 Abr. - 27 Abr.	6 th World Wide Workshop for Young Environmental Scientists: 'Urban waters: resource or risk'	Domaine de Chérioux, Vitry sur Seine, France	Water, City and Environment Research and Teaching Centre, France; University Paris XII-Val de Marne; (...)
25 Abr. - 27 Abr.	2 nd International EWA Conference on Waters in Protected Areas	Dubrovnik, Croatia	Croatian Water Pollution Control Society; European Water Association; International Water Association
2 Mai. - 5 Mai.	4 th Asian Regional Conference and 10th International Seminar on Participatory Irrigation Management (PIM)	Tehran, Iran	Iranian National Committee on Irrigation and Drainage; International Commission (...)
7 Mai. - 9 Mai.	7 th International IWA Symposium on Systems Analysis and Integrated Assessment in Water Management (Watermatex 2007)	Washington DC, United States	International Water Association (IWA)
14 Mai. - 16 Mai.	International Conference on Water Management and Technology Applications in Developing Countries	Kuala Lumpur, Malaysia	Malaysian Water Association
15 Mai. - 19 Mai.	World Environmental and Water Resources Congress 2007	Tampa, Florida, United States	Environmental and Water Resources Institute (EWRI) of the American Society of Civil Engineers (ASCE)
15 Mai. - 17 Mai.	4 th IWA International Membranes Conference - Membranes for Water and Wastewater Treatment	Harrogate, United Kingdom	Cranfield University School of Water Sciences, United Kingdom; International Water Association (IWA)
15 Mai. - 18 Mai.	9 th International Scientific-Industrial Forum 'Ecological, Hydrometeorological and Energy Safety'	Nizhny Novgorod, Russian Federation	UNESCO; World Meteorological Organization; Ministry of Natural Resources of Russian Federation (...)
16 Mai. - 18 Mai.	5 th South Pacific Stormwater Conference	Auckland, New Zealand	Stormwater Special Interest Group (SIG) of the New Zealand Water and Wastes Association (NZWWA)
17 Mai. - 18 Mai.	5 th Annual Mekong Flood Forum 'Improving Inputs towards Medium-term Flood Forecasting and Warning in the Mekong Basin'	Ho Chi Minh City, Viet Nam	Mekong River Commission (MRC)
21 Mai. - 25 Mai.	International Symposium on Advances in Isotope Hydrology and its Role in Sustainable Water Resources Management	Vienna, Austria	International Atomic Energy Agency (IAEA)
23 Mai. - 25 Mai.	River Basin Management 2007 Conference	Kos, Greece	Wessex Institute of Technology, United Kingdom
24 Mai. - 25 Mai.	International Conference: 'Collaborating in Africa: New Approaches in the Water Sector'	Gatineau, Quebec, Canada	Institute of the Environment of the University of Ottawa, Canada; Health and Water Africa Foundation (...)
29 Mai. - 29 Mai.	World Congress on Advancing Sustainable Hydropower	Antalya, Turkey	International Hydropower Association; UNESCO; Turkish State Hydraulic Works; Turkish Hydropower (...)
5 Jun. - 8 Jun.	Congresso Ibero-Americano Água, Agricultura e Meio Ambiente	Cuenca, Espanha	Grupo Português da Associação Internacional de Hidrogeólogos
6 Jun. - 9 Jun.	7 th International Symposium on the Conservation of Monuments in the Mediterranean Basin	Orleans, France	UNESCO World Heritage Centre; Val de Loire World Heritage; International Institute for Rivers (...)



	Tema	Local	Promotor
7 Jun. - 9 Jun.	7 th World General Assembly of the International Network of Basin Organizations	Debrecen, Hungary	International Network of Basin Organizations (INBO)
7 Jun. - 9 Jun.	Groundwater Management in the Danube River Basin and other Large River Basins Conference	Belgrade, Serbia	International Water Association; Jaroslav Āerni Institute for Development of Water Resources (...)
13 Jun. - 17 Jun.	5 th IWHA Conference 'Past and Futures of Water'	Tampere, Finland	International Water History Association; Department of History of the University of Tampere, Finland; (...)
13 Jun. - 15 Jun.	World Canals Conference 2007	Liverpool, United Kingdom	Inland Waterways Association (IWA), United Kingdom
25 Jun. - 28 Jun.	NOVATECH 2007 - 6th International Conference on Sustainable Techniques and Strategies in Urban Water Management	Lyon, France	Rhône-Alpes Research Group on Water Infrastructure, France
1 Jul. - 6 Jul.	32 nd Congress of IAHR 'Harmonizing the Demands of Art and Nature in Hydraulics'	Venice, Italy	International Association of Hydraulic Engineering and Research (IAHR)
22 Jul. - 27 Jul.	4 th International Conference on Fog, Fog Collection and Dew	La Serena, Chile	FogQuest, Canada; Catholic University of Chile
12 Ago. - 17 Ago.	6 th Inter-American Dialogue on Water Management	Guatemala City, Guatemala	Inter-American Water Resources Network (IWRN); Government of Guatemala
1 Ago. - 4 Ago.	10 th International Symposium on River Sedimentation	Moscow, Russia	International Research and Training Center on Erosion and Sedimentation; World Association (...)
12 Ago. - 18 Ago.	World Water Week in Stockholm 2007 'Progress and Prospects on Water - Striving for Sustainability in a Changing World'	Stockholm, Sweden	Stockholm International Water Institute (SIWI), Sweden
20 Ago. - 22 Ago.	2 nd IASTED International Conference on Water Resources Management (WRM 2007)	Honolulu, Hawaii, USA	The International Association of Science and Technology for Development (IASTED)
25 Ago. - 28 Ago.	International Conference on Sustainable Development and Management of Water Resources in Palestine	Amman, Jordan	UNESCO-Cairo Office, Egypt; Capacity Building and Training on Environmental Planning (...)
9 Set. - 13 Set.	ModelCARE 2007 : International Conference on Calibration and Reliability in Groundwater Modelling	Copenhagen, Denmark	Geological Survey of Denmark and Greenland; International Commission on Groundwater (...)
3 Set. - 6 Set.	3 rd International Conference on Climate and Water	Marina Congress Center, Helsinki, Finland	Finnish Environment Institute, Helsinki University of Technology, Academy of Finland
9 Set. - 13 Set.	10 th IWA Specialised Conference on Large Wastewater Treatment Plants	Vienna, Austria	Institute for Water Quality (...) of Vienna University of Technology; International Water Association
10 Set. - 13 Set.	4 th International Conference on Debris-Flow Hazards Mitigation (DFHM)	Chengdu, China	Institute of Mountain Hazards and Environment, China
17 Set. - 19 Set.	14 th German Dam Symposium / 5th ICOLD European Club Dam Symposium	Freising, Bavaria, Germany	German Committee on Large Dams; International Commission on Large Dams
24 Set. - 28 Set.	ISWA World Congress 2007	Amsterdam, The Netherlands	ISWA



Em Fevereiro:

20/02/2007: O Comissário Europeu do Ambiente, Stavros Dimas, felicita os resultados do Conselho Europeu relativos às alterações climáticas e aos pesticidas.

20/02/2007: Conselho Europeu do Ambiente (o Comunicado de Imprensa da 2785.ª Sessão do Conselho do Ambiente, realizado em Bruxelas no dia 20 de Fevereiro está acessível através de www.consilium.europa.eu/cms3_applications/applications/newsRoom/loadBook.asp?BID=89&LANG=8&cmsid=356).

19/02/2007: Preparação do Conselho Europeu do Ambiente de 20 de Fevereiro de 2007.

15/02/2007: Alterações climáticas - O Comissário Europeu do Ambiente, Stavros Dimas, apela ao início das negociações sobre o acordo global subsequente a Quioto.

09/02/2007: A Comissão Europeia reforça a protecção ambiental, através de legislação criminal (*vide* artigo infra).

07/02/2007: A Comissão Europeia prepara moldura legislativa para assegurar que a União Europeia atinge os seus objectivos de redução das emissões de CO₂ provenientes de automóveis.

02/02/2007: Alterações Climáticas - Novo relatório do grupo de peritos internacionais sublinha a necessidade urgente de agir a nível global.

Em Janeiro:

31/01/2007: A Comissão Europeia propõe normas mais restritas para os combustíveis, de modo a combater as alterações climáticas e a reduzir a poluição atmosférica.

16/01/2007: Comércio de Títulos de Emissões - A Comissão Europeia decide sobre o segundo conjunto de planos de atribuição de títulos de emissões para o período 2008-2012.

10/01/2007: A Comissão Europeia propõe um pacote integrado de medidas no domínio da energia e das alterações climáticas para reduzir as emissões no século XXI.

Mais informações em www.europa.eu/rapid/.

Comissão Europeia propõe legislação criminal que prevê penas de prisão até dez anos para crimes ambientais graves

A Comissão Europeia propôs, no dia 9 de Fevereiro, uma directiva que cria a figura de "crime ambiental" e prevê penas de prisão até dez anos para atentados graves contra o ambiente, como o derramamento de substâncias perigosas. O objectivo da proposta - que prevê uma moldura penal entre cinco e dez anos de prisão para atentados ambientais graves e multas até 1,5 milhões de euros - é harmonizar a legislação em matéria de crimes ambientais nos 27 países da União. Pode-se considerar crime ambiental grave, aquele que resulte na morte ou danos graves em pessoas e que provoque a degradação do solo, do ar, da água, da flora e da fauna ou que seja cometido no quadro de uma organização criminosa.

Se esta directiva for aprovada, os Estados-membros terão que garantir que um leque de actividades já proibidas pela União Europeia ou pela legislação nacional sejam consideradas ofensas criminais, quando cometidas de forma intencional ou com negligência. Além das penas de prisão e das multas, o documento propõe também sanções suplementares ou alternativas, como a obrigação de limpar/recuperar o ambiente ou a suspensão da actividade em causa. Com esta directiva, Bruxelas quer garantir um nível mínimo comum de protecção do ambiente pelo direito penal na União Europeia e acabar com as vantagens que os infractores possam tirar da existência de diferente legislação nos Estados-membros. Actualmente, lembra a Comissão, a definição de crime ambiental varia bastante de país para país, já para não falar dos desadequados níveis de sancionamento, acrescenta.

Esta não é a primeira vez que a Comissão Europeia apresenta legislação nesta matéria, uma vez que em 2001 já tinha sido proposta uma directiva para proteger o ambiente pelo direito penal. Essa directiva foi rejeitada pelo Conselho de Ministros da UE em 2003, mas a Comissão recorreu para o Tribunal Europeu de Justiça, que, em 2005, lhe deu razão. A necessidade de adoptar legislação criminal é justificada por Bruxelas com o argumento que os crimes ambientais podem ter efeitos devastadores no ambiente e na saúde humana. Após a adopção formal da directiva, os 27 têm um prazo de um ano e meio para a transpor para a legislação nacional. A Comissão pode tomar medidas legais contra Estados-membros que toleram actividades ilegais nesta matéria.





LEGISLAÇÃO NACIONAL

- GERAL**
- Decreto-Lei n.º 42/2007, de 22 de Fevereiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que define o regime jurídico aplicável à gestão, exploração, manutenção e conservação das infra-estruturas que integram o empreendimento de fins múltiplos de Alqueva (EFMA), altera os Estatutos da Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., e revoga os Decretos-Leis n.º 32/95, de 11 de Fevereiro, 33/95, de 11 de Fevereiro, e 335/2001, de 24 de Dezembro.
 - Decreto-Lei n.º 38/2007, de 19 de Fevereiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/122/EURATOM, do Conselho, de 22 de Dezembro, relativa ao controlo de fontes radioactivas seladas, incluindo as fontes de actividade elevada e de fontes órfãs, e estabelece o regime de protecção das pessoas e do ambiente contra os riscos associados à perda de controlo, extravio, acidente ou eliminação resultantes de um inadequado controlo regulamentar das fontes radioactivas.
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2007, de 7 de Fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2006, de 31 de Outubro, que determina a elaboração do plano de ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2007, de 5 de Fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Campilhas, em Santiago do Cacém.
 - Portaria n.º 211/2007, de 22 de Fevereiro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação, que altera a taxa do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) aplicável ao gasóleo de aquecimento, em conformidade com o que dispõe o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006.
 - Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II).

LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

- GERAL**
- Directiva 2006/113/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa à qualidade exigida das águas conquícolas (versão codificada).
 - Directiva 2006/118/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração.
 - Regulamento (CE) n.º 172/2007 do Conselho, de 16 de Fevereiro de 2007, que altera o anexo V do Regulamento (CE) n.º 850/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a poluentes orgânicos persistentes.
 - Regulamento (CE) n.º 93/2007 da Comissão, de 30 de Janeiro de 2007, que altera o Regulamento (CE) n.º 2099/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um Comité para a Segurança Marítima e a Prevenção da Poluição por Navios (COSS).
 - Decisão da Comissão, de 20 de Dezembro de 2006, que institui um grupo científico de especialistas em denominações de origem, indicações geográficas e especialidades tradicionais garantidas
 - Decisão da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006, que estabelece os critérios ecológicos revistos e os respectivos requisitos de avaliação e verificação para a atribuição do rótulo ecológico comunitário aos suportes de cultura.
 - Decisão da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, relativa às disposições nacionais sobre determinados gases industriais com efeito de estufa, notificadas pela Dinamarca.

União Europeia avança contra as alterações climáticas

Os ministros do Ambiente da União Europeia chegaram a acordo quanto à redução de "pelo menos 20 %" dos gases de efeito de estufa até 2020. A redução poderá atingir os 30%, se outros países industrializados se comprometerem com metas idênticas. Reunido em Bruxelas, o conselho Europeu de Ministros do Ambiente adoptou a proposta apresentada pela Comissão Europeia em Janeiro, no âmbito da nova política energética, destinada a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

Num texto divulgado no final do encontro, os 27 representantes defendem que "os países desenvolvidos, incluindo os membros da UE, devem reduzir as suas emissões até 30% até 2020, em relação a 1990". O objectivo é limitar a 2.º C o aquecimento global até ao final do século em relação ao início da era industrial. No entanto, esta meta está condicionada a que "os outros países industrializados se comprometam com reduções comparáveis e que os países em vias de desenvolvimento mais avançados contribuam na medida das suas responsabilidades e possibilidades". Mesmo que esse compromisso global não seja atingido, os Estados-membros comprometem-se, de forma unilateral e vinculativa, a reduzir as suas emissões em 20%.

O documento aprovado terá agora que ser validado pelos chefes de Estado e de Governo, no Conselho Europeu agendado para os dias 8 e 9 de Março. O acordo alcançado estabelece metas mais ambiciosas para o combate ao sobre aquecimento global do que as previstas pelo Protocolo de Quioto. O documento - aprovado em 1997 mas que só entrou em vigor há dois anos - previa que a UE, no seu conjunto, reduzisse em oito por cento as emissões de gases com efeito de estufa até 2012, em relação aos níveis de 1990.

(Adaptado de AFP, PÚBLICO, consultado em 6 de Março).



STRIVER

O Centro de Estudos de Hidrossistemas (CEHIDRO) participa no projecto Europeu STRIVER

O STRIVER é um projecto de investigação com a duração de 3 anos (2006 a 2009) que se insere no âmbito do 6.º Programa-Quadro da União Europeia e que visa o desenvolvimento de estratégias e metodologias de carácter interdisciplinar destinadas a melhorar a gestão integrada dos recursos hídricos (*Strategy and methodology for improved IWRM - An integrated interdisciplinary assessment in four twinning river basins*). Abrange quatro bacias hidrográficas pertencentes a seis países localizados em dois continentes, Europa e Ásia. O projecto reúne especialistas de uma grande variedade de nacionalidades e de áreas de investigação com o objectivo de desenvolver soluções inovadoras para a gestão dos recursos hídricos e de promover o diálogo entre cientistas, gestores, políticos e utilizadores.

As quatro bacias hidrográficas seleccionadas, em que se pretende informação, conhecimento e competência, são: Tungabhadra (Índia), Sesan (Vietname e Camboja), Glomma (Noruega) e Tejo/Tagus (Espanha e Portugal). Este projecto encontra-se estruturado em 10 *workpackages*, compreendendo tarefas que se sucedem a nível temporal, tendo sido iniciadas as primeiras.

O projecto STRIVER iniciou-se oficialmente em Julho de 2006, tendo sido já realizadas duas reuniões gerais com o objectivo de discussão de trabalhos e intercâmbio de informação e de ideias.



A primeira reunião teve lugar em Julho de 2006, em Hiderabad, na Índia, onde todos os participantes deste projecto compareceram com o objectivo de dar a conhecer com mais pormenor os objectivos, as actividades e tarefas a realizar. Iniciaram-se, então, os planos de trabalho. Sendo este um projecto interdisciplinar, multinacional e intercontinental, com participantes de diferentes culturas e formações, é muito importante conseguir gerir diferentes tipos de integrações desde o início do projecto.

A segunda reunião teve lugar em ISPRA, Itália, em Outubro de 2006. Esta segunda reunião teve como objectivo dar início às tarefas relativas ao segundo *workpackage* (constituição de uma base de dados com informações relativas às bacias hidrográficas).

No que respeita à bacia do rio Tejo, realizou-se em Dezembro, na cidade de Toledo, a primeira reunião das partes interessadas ("*stakeholders*"). O objectivo da reunião foi o da recolha de sugestões sobre a hierarquização dos actuais problemas da bacia e contou com a presença de representantes portugueses e espanhóis.

Para informações adicionais consultar www.striver.no ou contactar o Professor António Betâmio de Almeida e a Professora Maria Manuela Portela.

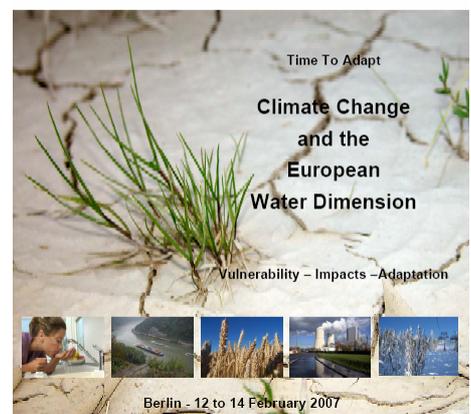
Time to Adapt - Climate Change and the European Water Dimension

Pese embora as estratégias implementadas pelos Estados-membros no sentido da redução das emissões dos gases de efeitos de estufa e do cumprimento do protocolo de Kyoto, é certo que se irão verificar mudanças nas condições climáticas com impactos importantes nos recursos hídricos e nas massas de água na Europa. Nesse âmbito, realizou-se em Berlim, de 12 a 14 de Fevereiro último, um simpósio internacional sobre Alterações Climáticas "*Time to Adapt - Climate Change and the European Water Dimension*", patrocinado pelo ministério do Ambiente da Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha no âmbito da presidência alemã da União Europeia.

Ao longo dos três dias a discussão centrou-se nas matérias relacionadas com os impactos das alterações climáticas nos recursos hídricos e nas massas de água na Europa e nas estratégias de adaptação a adoptar pelos Estados-membros para minimizar esses impactos. Foram ainda debatidos os impactos previsíveis nas actividades económicas, nomeadamente na agricultura, turismo, produção de energia e navegação fluvial, nos serviços de interesse geral (abastecimento de água e saneamento) e, globalmente, na gestão de recursos hídricos.

Portugal esteve representado na mesa da sessão de abertura pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Professor Nunes Correia e contou ainda com a participação do Professor Luís Veiga da Cunha na sessão sobre a Gestão da Água e pelo Eng.º Pedro Serra que participou no Painel de Discussão que envolveu várias personalidades de diferentes sectores da sociedade.

Podem ser consultadas no sítio www.climate-water-adaptation-berlin2007.org/presentations.htm as apresentações efectuadas.



FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: APRH, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. **Endereço:** APRH, a/c LNEC, Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa. **Telefone:** 21 844 34 28. **Fax:** 21 844 30 17. **Endereço electrónico:** aprh@aprh.pt. **Site:** <http://www.aprh.pt>. **Comissão Redactorial:** Alexandra Serra e Katila Ribeiro. **Execução Gráfica:** Katila Ribeiro. **Edição Electrónica:** <http://www.aprh.pt>.